UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plinio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL
Presidente José Mindlin
Vice-presidente Oswaldo Paulo Forattini
Brasílio João Sallum Júnior
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Guilherme Leite da Silva Dias
Laura de Mello e Souza
Murillo Marx
Plinio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Eliana Urabayashi
Diretora Administrativa Angela Maria Conceição Torres
Editora-assistente Marilena Vizentin

MILTON SANTOS

Economia Espacial

Críticas e Alternativas

2006 29006

Tradução
MARIA IRENE DE Q. F. SZMRECSÁNYI

Biblioteca
Instituto de Geociências
UNICAMP

I

Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza*

A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo não pode estar completa antes que se dê a devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento. Nem sequer se torna necessário qualificar de capitalista o planejamento, pois os países subdesenvolvidos não conhecem outro[1].

Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais.

* Do original em inglês *Planning Underdevelopment and Poverty*, versão modificada de "Planning *versus* History", conferência pública pronunciada na Universidade de Columbia, Nova York, em 1.º de março de 1977. Publicado em *Antipode, A Radical Journal of Geography*, vol. X, 1978.

1. Sem dúvida países, como Cuba, Albânia, Coréia do Norte, Vietnã e Cambodja estão experimentando o planejamento socialista enquanto outros como Guiné, Tanzânia, Somália, Moçambique, Congo, Angola e Madagáscar tentam um planejamento não capitalista.

Nosso objetivo neste trabalho é analisar as condições que levaram à implantação e ao desenvolvimento desta idéia, e o mecanismo através do qual ela tem sido levada a efeito em diferentes períodos da história.

O Planejamento: Instrumento do Capital

Até a década de 1930, a teoria econômica postulava que, numa situação competitiva de mercado, a alocação de recursos seria espontaneamente ótima, isto é, seria equilibrada. Portanto, a intervenção na economia era considerada prejudicial. Quando, com a crise mundial, os fatos contradisseram esta suposição, a intervenção do Estado passou a ser aceita e a noção de planejamento começou a se afirmar. A política do *laissez-faire* fora condenada por Keynes desde 1929: percebera-se que, para garantir ao mesmo tempo o bem-estar e o crescimento rápido, era necessário envolver o governo no processo econômico e encarar os gastos governamentais como um novo fator dinâmico (Aguilar, 1970, p. 230).

Tal como é descrita por J. Tinbergen (1959, p.15-18), a função do planejamento é garantir, dentro da lei e da ordem, um mínimo de segurança e de estabilidade, é proteger a segurança física das pessoas e da propriedade, é promover e estimular o investimento privado. Para W.A. Lewis (1968, p.15), ele constitui uma providência macroeconômica supostamente capaz de criar um clima de confiança entre os investidores.

A segurança e a confiança, assim como o estímulo ao investimento privado, deveriam ser criados com o auxílio do Tesouro Público, ou seja, dos pagadores de impostos. Tornou-se, portanto, necessário justificar com argumentos de peso a transferência da poupança dos mais pobres para o bolso dos mais ricos[2]. E o que existe de mais apropriado para isto do que a linguagem científica?

2. Precisa-se da coragem de B. Berry (1973, p. 79) para afirmar que, como conseqüência da liderança governamental no processo de desenvolvimento, os objetivos sociais têm prioridade sobre os privados.

As categorias da ciência econômica, tal qual as da política econômica, são as da economia política. A economia política descreve a realidade; a política econômica parte desta base concreta para definir as mudanças desejadas. O planejamento transtornou este sistema lógico de raciocínio e impôs um sistema formal, dito pragmático. Uma política econômica determinada *a priori* é, assim, imposta à economia política.

A serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência.

Este tipo de planejamento não é ciência. "A ciência se perde quando a ideologia começa" (Godelier, 1960). Além do mais, esta assim chamada teoria do planejamento toma por premissa uma definição de necessidades estranha à sociedade em questão, tornando impossível, por este próprio fato, qualquer modelo de desenvolvimento nacional.

A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro Mundo. Tarefa fácil, uma vez que pessoas aparentemente bem intencionadas haviam lançado esse termo. O subdesenvolvimento foi, então, discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde... e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido.

A pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Forneceram-se números índices para provar a distância entre países ricos e pobres e para inferir que estes últimos deveriam imitar os primeiros se quisessem superá-la. Isso foi o mesmo que criar a necessidade de se obter tudo do

Exterior, desde o capital até os alimentos[3] e conduzir a uma doutrina sobre a ajuda promovida como uma atitude generosa dos países ricos quando, de fato, constitui uma questão de interesses ocultos, de conquista e de dominação econômica. B. Higgins (1956) percebe que os países subdesenvolvidos ajustam-se aos modelos dos países desenvolvidos. J. Friedmann (1973, p. 22) afirma que existe uma "crescente crença de que os destinos individuais de sociedades nacionais convergem para a mesma direção" e que "os dois tipos de sociedade estão se desenvolvendo mas, havendo partido atrasados, os países subdesenvolvidos são compelidos a seguir os desenvolvidos". Assaz encorajador!

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que este tipo de ideologia, produzida no centro do sistema, encontrou condições favoráveis que lhe permitiram atingir praticamente toda a humanidade. Para este fim, era necessário que a difusão de idéias fosse generalizada e instantânea e que, conseqüentemente, um modelo de consumo se estabelecesse por toda parte, mesmo que com diversas variações. Não tem sido suficientemente mencionada esta genuína revolução cultural em estilo americano; talvez seja por isto que o subdesenvolvimento, ainda se agravando no seu atual estágio, não tenha sido suficientemente interpretado[4].

De 1945-1950 em diante, o aprofundamento do capital já não mais se baseia unicamente na dependência de modelos de produção. Modelos de consumo, muito mais rapidamente difundíveis, também contribuem efetivamente para a penetração do capital e trazem os mesmos resultados, porque carregam em seu bojo os novos modelos de produção. O planejamento tem tido um papel a desempenhar neste processo. Ele é um desses conceitos-chave criados pelo sistema capitalista como meio de impor por toda parte o capital internacionalizado[5].

3. Veja-se o artigo de McGee publicado em *Antipode*, 1977.
4. Acerca da importância da ideologia na distorção da compreensão do subdesenvolvimento, vejam-se na *Revue Tiers-Monde*, n.º 57, 1974, especialmente os artigos de Guy Caire, "Idéologies du développement et développement de l'idéologie", pp. 5-30; G. Labica "Pour une approche critique du concept d'idéologie", pp. 31-46; C. Furtado "Le mythe du développement et le futur du tiers monde", pp. 57-68; e G. Destanne de Bernis "Le sous-développement: analyses ou representations", pp. 103-134.
5. "Isto, por sua vez, foi agravado pela popularidade da idéia de planejamento do desenvolvimento baseado na teoria do *take off* e pela tendência a tratar o assunto não como uma disciplina acadêmica, mas como um apêndice à formulação de um caso geral persuasivo, para aumentar a ajuda internacional aos países subdesenvolvidos" (Myint, 1965, p. 91).

A fé cega em taxas de crescimento (Lassudrue-Duchêne, 1966), uma "ostentação estatística" como a descreve Polányi, "tornou-se a principal preocupação das modernas elites de vocação política, quaisquer que fossem os valores que proclamassem como seus [...] o critério por excelência e a medida máxima do progresso" (Kende, 1971, pp. 16, 23). Já não dizia Pandit Nehru (Oka, 1958) que as grandes represas eram "os templos da nova fé"?

As noções de eficiência e de racionalidade também tinham que ser estabelecidas a fim de justificar o uso de mais e maiores capitais. Foi a época dos grandes projetos com ampla exibição de capital. Mas era preciso demonstrar que os países subdesenvolvidos eram incapazes de acumular internamente o capital para seus investimentos modernizantes e, portanto, provar a necessidade de lhes fornecer "ajuda" ou de lhes emprestar dinheiro ou, ainda, de encorajar a entrada de capital privado. Os objetivos da assistência técnica foram claramente definidos pelo presidente Harry Truman, em sua mensagem de 24 de junho de 1949 ao Congresso americano: "... a criação de condições pelas quais investimentos de capital se tornem frutíferos; investimentos de capital privado paralelamente aos de organismos internacionais tais como o Banco Mundial; a introdução de novas garantias para o capital americano no Exterior". Recomendada, quer direta quer indiretamente, pelos planejadores, apresentada como um gesto generoso, a ajuda de fato nada mais é do que uma forma, insuficientemente disfarçada, de conquista dos países pobres pelo capital, e um veículo de dominação.

Foi assim que se aplainou o caminho para o endividamento permanente e cumulativo, e para a distorção de toda a economia, uma vez que, para pagar as importações ou o serviço da dívida, riquezas minerais tiveram de ser alienadas e a agricultura teve de ser canalizada para a produção de exportação.

O conceito de mercado limitado e, também, o de capacidade ociosa pertencem à mesma família ideológica e constituem ambos um convite aberto ao capital estrangeiro. Eles ganharam maior credibilidade e têm ajudado a aprofundar a dependência dos países subdesenvolvidos. A capacidade ociosa representa uma salvaguarda por parte do monopólio contra a entrada de outras firmas no mercado. Sempre que as indústrias são monopolistas, elas fixam seus próprios preços. Não há relação mecânica entre o produto e a capacidade produtiva. Neste caso, o balanço de poder é muito mais de natureza política. Por outro lado, se o mercado é limitado, se as indústrias não trabalham a plena capacidade, a solução é criar alianças regionais e mercados comuns, a fim de aumentar a eficiência e a produtividade das firmas. Esta teoria estabeleceu-se sem dificuldade. Barreiras alfandegárias têm sido abolidas ou afrouxadas, e o assim chamado livre comércio tem sido promovido entre os países. Na verdade, o que foi realmente promovido foi o estabelecimento de empresas transnacionais. Quando as estatísticas mostram a expansão do comércio inter-regional elas de fato dizem respeito ao comércio entre firmas transnacionais para as quais vão os lucros dessas transações[6].

É ilusório pensar que as grandes indústrias que dependem de insumos e produtos estrangeiros possam integrar-se em benefício de um continente. No entanto, Raul Prebish (1969), com todo o seu prestígio intelectual e político, não escreveu que "a fim de se atingir integração interna e de se incluir as massas de população excedente e marginal na vida econômica de nossos países é indispensável dar certos passos para a integração latino-americana"? Ele esqueceu que o fator essencial numa situação de integração ou de desintegração de economias nacionais "se origina de seus elos periféricos à órbita do capitalismo neocolonialista [...] porque economias internamente desintegradas não podem integrar-se internamente" (Maza Zavala, 1969, p. 83)[7].

Outro dos refrões básicos dos planejadores é sua insistência em considerar essencial o papel dos empresários e dos inovadores (Friedmann, 1966; *Resources for the Future,* 1966, p. 39), o que proporciona uma justificativa *a priori* para se recorrer ao capital e aos especialistas estrangeiros.

A Ciência do Espaço a Serviço do Capital

As novas necessidades do capitalismo deveriam implicar no desenvolvimento de uma teoria do espaço posta a serviço do capital. Desde a Segunda Guerra Mundial, um número crescente de economistas começou a se interessar por problemas do espaço, enquanto os geógrafos preocuparam-se mais com problemas econômicos. Mas que espécie de economia foi esta?

Quando a economia começou a servir os interesses do capital, teve que se liberar do homem, isto é, da história. Lucien Febvre, na mudança do século, reclamava que os economistas "haviam banido o homem de suas especulações" (1966, p. 147) substituindo-o pela abstração *"homo oeconomicus"*, uma média estatística. Alexis Carrel (1950, p. 13) em vão expressou sua indignação acerca desta despersonalização do *homo sapiens*, um capricho de nossa mente já que *o homo oeconomicus* não tem existência no mundo concreto.

A economia também teve que pôr de lado o espaço – o espaço social – encarado como a natureza transformada pelo homem. E. Durkheim afirmava, já em 1900: "considerai as leis da economia política ou, para ser mais específico, as proposições que os economistas

6. Lembremos, por exemplo, que a atividade das subsidiárias norte-americanas na América Latina em 1966 representou 35% do total das exportações e 41% das exportações de manufaturas da área (O. Sunkel, 1970, p. 36). Entre as quarenta firmas que, no Brasil, exportaram bens manufaturados em 1970, trinta e duas eram estrangeiras e uma era de capital misto (O. Ianni, 1971, p. 274).

7. É ilusório pensar que as grandes indústrias, dependentes do exterior quanto a seus insumos e produtos, possam participar da integração regional em favor de um contingente ou região subdesenvolvidos. Como P. Odell (1961) destacou, é grande o perigo de se ver um mercado integrado ser reduzido a um conjunto de áreas centrais estreitamente inter-relacionadas, alimentando-se umas às outras (P. Odell, 1961, p. 21; veja-se também C. Furtado, 1968).

elevam a este nível! Desligadas do tempo e do espaço elas não parecem depender de qualquer forma de organização social" (1953, p. 213). E é através do processo de produção que o homem transforma a natureza a fim de garantir sua sobrevivência ou de aumentar sua riqueza. Portanto, a economia se realiza no espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referência. Sempre que a economia divorcia o homem do capital, tipificado pelos meios de produção, e disassocia o capital do próprio espaço que ele modifica, suas formulações estão destituídas do espaço e do homem[8].

A nova ciência espacial deveria, portanto, basear suas reflexões numa ciência econômica a-espacial[9]. Foi assim que se chegou ao paradoxo de uma ciência regional desprovida da natureza e do homem. Seja ela chamada de análise regional, de ciência regional, de economia espacial, de geografia ou de urbanismo, o capitalismo dela se beneficia. Na verdade não se trata de uma ciência enquanto tal mas de uma verdadeira ideologia espacial, que muda de acordo com as necessidades do sistema. "Se na visão ideológica os homens e suas circunstâncias aparecem de cabeça para baixo, como numa câmara obscura, isto se dá porque tal fenômeno emerge de seu processo histórico de vida tanto quanto a inversão de objetos na retina emerge de seu processo físico de vida" (Marx e Engel, 1967, p. 14).

Ocorre, então, uma divisão de trabalho entre as duas disciplinas: à economia é confiada a apologia do capitalismo; e a tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional.

Segundo um dos argumentos de J. Friedmann (1966, p. 61) o desenvolvimento regional é o resultado de um processo de investimento; por

8. Se voltarmos aos séculos XVII e XVIII, a passagem de uma economia espacial para uma economia puntiforme não havia ainda se realizado. A maioria das análises econômicas permanecia "dimensional"... o raciocínio permanecia *indutivo*, enquanto, no século XIX, leis deduzidas eram válidas apenas quando eram hipóteses implícitas ou explícitas. A princípio teorias abstratas, as análises deduzidas podem fazer supor que os fenômenos econômicos existem fora do espaço (P. Dockès, 1969, p. 10).
9. G. Gappert e H. Rose (1975, p. 11) escrevem que se tem tentado construir a análise regional dentro do mesmo ponto de partida de um equilíbrio geral que caracteriza a teoria econômica neoclássica.

outro lado, "o caráter aberto da economia regional sugere que boa parte de seu crescimento é moldada por forças externas". Esta também é a opinião de Berry e Prakasa (1968, p. 21), para os quais "os impulsos de crescimento em economias regionais abertas geralmente provêm de fora, sob a forma de demandas por especialidades regionais".

E uma vez que, de acordo com esta abordagem, os países subdesenvolvidos carecem de capital nacional, eles são compelidos a abrir suas portas ao capital estrangeiro.

A ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. Hoje é praticamente impossível encontrar em periódicos especializados um artigo teórico ou mesmo uma análise sobre o espaço social visto como um todo. Qualquer consideração de natureza social é rejeitada em nome do pragmatismo, e só se tem tolerância para com o próprio processo de planejamento. Mas, quantos economistas e planejadores têm a força de caráter de admitir, como o fez J. Hillhorst (1970, p. 4), que a teoria regional do desenvolvimento não existe?

Uma das funções atribuídas ao planejamento regional é a de racionalizar a estrutura interna de dominação e dependência, a fim de ajustá-la aos interesses do sistema e não exclusivamente aos interesses da região dominante (Boisier, 1972, p. 119). Quando J. Friedmann *et alii* (1970) sugerem *inter alia* a modernização do setor tradicional, a melhoria das infra-estruturas locais e os novos padrões de organização de atividades econômicas, assim como toda uma série de medidas destinadas a promover a entrada de capital e sua difusão no espaço, como se pode evitar a tentação de medir aquilo que G. Desmond (1971, p. 57) inocentemente chamou de "nível de não intencionalidade"?

Existem muitos exemplos da contribuição da ciência regional, da geografia e do planejamento regional para a difusão do capital; é o caso da popularização de teorias tais como a dos lugares centrais, a dos pólos de crescimento, a da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades, a da industrialização deliberada e descentralização concentrada. Não é de se admirar que o tema da urbanização se tenha tornado muito controverso durante o período em que a idéia da "matriz locacional", de Schultz (1953), ganhava terreno

graças a categorias econômico-espaciais tais como as de economias externas, economias e deseconomias de escala, cujo papel é justificar cienficamente arranjos espaciais que promovem a expansão capitalista[10].

Quem não conhece este debate entediante, patrocinado por certos periódicos, acerca de se as cidades nos países subdesenvolvidos são parasitárias ou geratrizes (Hoselitz, 1953, 1960), ortogênicas ou heterogênicas (Davis e Golden, 1954), imaturas (Bose, 1965) ou maturas (Sovani, 1966)? Ele nem sequer chega a ser um debate genuíno, uma vez que não envolve problemas substantivos. Apreciando essas digressões, parece apropriado citar uma sentença do *Pequeno Tratado* de Spinoza: "não mostram nada de substancial, mas são como adjetivos que requerem substantivos para sua explicação". A urbanização como fenômeno social e espacial ainda permanece insuficientemente explicada. Os aspectos essenciais do problema são sempre ignorados.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a desigualdade regional cessa de ser o resultado das aptidões naturais e está se tornando ao mesmo tempo mais profunda e mais especulativa: existe uma maior necessidade de capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é cada vez mais alta. Tudo está ligado. A atração da força de trabalho é um corolário dos investimentos e os salários mais baixos são um fator adicional para aumentar os lucros e inflar a mais-valia do grande capital. É por isto que se depara com uma concentração cumulativa de investimentos e de população nas mesmas cidades. A tendência à especialização agrícola se acompanha da expansão do número de salariados, da extrema divisão social do trabalho e da concentração econômica e espacial. A urbanização e a primazia se apresentam como necessidades do sistema.

10. Temos uma boa descrição do papel do geógrafo por E. Soja (1968): "o geógrafo, apoiando-se em perspectivas espaciais [...] oferece novas percepções da difusão da modernização ao indicar os padrões reais de ordem e organização subjacentes ao processo e ao indicar as similaridades e interações espaciais de seus vários subprocessos".

A urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital. Este destrói autarquias regionais ao penetrá-las e provoca uma especialização especulativa de acelerar as operações monetárias, as quais crescem em conseqüência das necessidades do capital. A desintegração de economias regionais, assim como sua extroversão, gera a concentração urbana, com efeitos cumulativos que as mais das vezes resultam no fenômeno da macrocefalia. A primazia urbana ajuda a garantir o estabelecimento de capitais adicionais ainda mais volumosos. A população que lota estas cidades em rápido crescimento constitui mão-de-obra barata e, por sua mera presença, garante o estabelecimento de um estoque de capital fixo* que é indispensável a uma maior lucratividade de empreendimentos industriais.

O capitalismo está conduzindo uma guerra clausewitziana: "A lei suprema e a estratégia mais simples consistem em concentrarmos nossas forças" (Clausewitz, 1955, p. 291). Não basta recomendar a urbanização. Esta também tem que ser macrocefálica e cumulativa. Não é fato que B. Berry (1961) deixou de considerar as distribuições log-normais como a melhor solução para os centros urbanos dos países subdesenvolvidos? Anteriormente consideradas parasitárias, as cidades primazes não mais devem ser encaradas como tal (Browning, 1968, p. 116; Hirschman, 1958, p. 185), uma vez que são necessárias à difusão mais rápida de inovações. É preciso ser tão inocente quanto J. Harris (1971, p. 140) para afirmar que os "investidores estrangeiros localizam suas empresas nas cidades capitais por causa de suas melhores condições de vida e de suas amenidades, mesmo que outras localizações possam ser mais lucrativas".

A teoria dos lugares centrais foi uma justificativa teórica útil da existência de grandes concentrações. Baseada num tipo de geometria que a vida é incapaz de reproduzir, seu prestígio dura até hoje, mesmo que não tenha avançado além do estágio que atingira em 1939 (Carter, 1972). A maior inovação veio do fato de que os novos teóricos esque-

* *Overhead capital* no original (N. da T.).

ceram completamente a preocupação de Christaller (1966, pp. 72-98) acerca das estruturas sociais.

A teoria dos pólos de crescimento serviu à difusão do capital no espaço. Mais tarde ela foi acoplada à teoria dos lugares centrais sob o pretexto de dinamizar tanto esta última como a teoria da difusão de inovações e dar crédito à idéia de uma "filtragem descendente hierárquica" de Brian Berry (1969, 1972). A experiência mostrou que não ocorre tal filtragem descendente mas, pelo contrário, os investimentos em centros secundários voltam em volume maior para o centro principal (Nichols, 1969). Mas de forma alguma tratou-se de abandonar a teoria. Os fatos são supremos mas o são ainda mais quando a serviço do capitalismo.

A idéia de criar centros satélites próximos às grandes concentrações, tal como Friedmann (1966) recomendou para o Chile, reflete o mesmo desejo de promover a entrada e a permanência do grande capital[11]. O mesmo é válido para a teoria da descentralização concentrada (Rodwin, 1960) e da urbanização deliberada (Friedmann, 1968). Sob o disfarce de promotoras do crescimento, elas não têm outra função além de coletar o excedente e enviá-lo para cidades maiores e para o estrangeiro (Doherty, 1974)[12].

Pelo mero fato de que toda teoria do comércio internacional está integrada à teoria da localização, o planejamento espacial ganha importância ainda maior com a internacionalização do capital. Não se deve, portanto, ficar surpreso quando geógrafos e planejadores reivindicam marcos comuns. B. Berry (1969, pp. 274, 288) mostrou-se, em

11. Para Friedmann e Mann (1966, p. 45) seria próprio usar os distritos industriais como um mecanismo de desenvolvimento industrial em relação a investimentos privados estrangeiros e para dimensionar a ajuda econômica a países subdesenvolvidos.

12. É em nome de tais teses que Rodwin e Friedmann, juntamente com outros estudiosos do MIT Joint Center, tornaram-se responsáveis por esse verdadeiro desafio à razão que é o planejamento de Ciudad Guyana, na Venezuela. E eles insistem em apresentá-lo como um modelo de planejamento regional (Rodwin, 1960). Trata-se, na verdade, de um pedaço de planejamento da economia norte-americana que incidentalmente está localizado na Venezuela mas sem beneficiar a sociedade e a economia desse país (Travieso, 1973; Barrios, 1974).

todos os níveis, um advogado dessa solução. No caso latino-americano, Pedersen e Stohr (1969) elogiaram as vantagens prospectivas a médio prazo dos mercados comuns para a estrutura regional. Segundo eles, a melhoria dos transportes e das redes de comunicação e força, resultado da criação de mercados integrados, levaria, através de um duplo processo tanto econômico como político, à redistribuição das atividades e da riqueza dentro de cada país.

A integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista. Na sua fase anterior, o sistema estava primordialmente interessado nas rotas que ligavam os principais centros de produção e de consumo. Agora também há preocupação com redes de ramais. A minimização das distâncias estimulará a especialização agrícola e a difusão ao consumo. A troca inter-regional experimentará um desenvolvimento importante, trazendo, como conseqüência, a expansão do nexo monetário e uma tendência geral para a concentração capitalista.

Quanto às obras de grande porte, elas são de fato um cavalo de Tróia, um presente envenenado. Estes investimentos envolvem outros de porte igual ou ainda maior, e gradualmente conduzem o país para uma posição de dependência, cuja constante é o aprofundamento do capital.

Sabendo-se que a estrutura dos investimentos tem um controle decisivo sobre a estrutura da produção, torna-se fácil compreender como este tipo de política pode levar a um tipo de dependência duradoura: a política de consumo está ligada à da produção e não se pode conceber um sistema socioeconômico redistributivista que não possua os meios de oferecer uma estrutura de produção adequada. Isto é ainda mais difícil em países pobres, onde a estrutura de investimentos é rígida e desproporcional em relação aos recursos nacionais.

A consolidação das nações-estado e a salvaguarda da unidade nacional contra partilhas regionais são tarefas urgentes que, ironicamente, ajustam-se aos esquemas de penetração do capital internacional, porque a integração política também significa integração econômica.

Uma vez mais os planejadores tomam a defesa do grande capital e proclamam que "maiores investimentos na infra-estrutura urbana re-

presentam um considerável custo-oportunidade em termos de desenvolvimento nacional" (Todaro, 1973, pp. 58-59).

Este programa compelirá o Estado a investir em atividades menos lucrativas que são, todavia, indispensáveis à presença de outras mais rendosas, prerrogativas do grande capital e, especialmente, do capital estrangeiro. Obras de grande porte em transportes, comunicações e produção de energia reduzem custos para as firmas maiores (Lindbeck, 1975). É assim que os recursos do Estado são desvalorizados no próprio momento de seu investimento[13].

Entre as medidas que visam à promoção da penetração do capital, a necessidade de modernização das áreas rurais parece imperativa. Mas, para isto, a ideologia da "cidade maléfica" ou das "migrações perversas" teve que ser descartada, pois o sistema necessita de áreas rurais modernizadas tanto quanto de cidades populosas. Para este fim foi manufaturada uma teoria sobre migrações amplamente divulgada (Todaro, 1969, 1973): as pessoas vão para as cidades atraídas por benefícios ainda não existentes, pela esperança de uma renda melhor no futuro.

Na década de 1950 pensava-se, na mesma linha de H. Browning (1968, pp. 117-118), que, a fim de melhorar a baixa produtividade, poder-se-ia remediar o subemprego agrícola mandando-se a população excedente para as cidades, onde ela seria absorvida pela força do trabalho industrial. Em dois relatórios escritos por volta de 1955 acerca dos salários rurais no Quênia, pensava-se que seu baixo nível estimularia o desenvolvimento de uma força de trabalho urbana, totalmente engajada no setor industrial emergente. Na época de Marx, a criação de proletários e de lumpemproletários era o ponto em questão. Hoje, os mecanismos do sistema produzem protoproletários, como McGee (1974) chama essa enorme franja da população pobre que nem mesmo constitui uma reserva para o exército industrial de reserva, mas que está tão-somente

13. Para que o capital "valorizado" ou "novo" atinja uma alta lucratividade, o capital que se tomou "velho" ou "desvalorizado" também tem que estar a serviço da produção: esta tarefa é reservada a pequenas e médias firmas, que contribuem, assim, para a acumulação de capital em escala nacional ou internacional.

condenada ao trabalho ocasional. Então resta somente seguir o conselho de S. Wellisz (1971, p. 49), isto é, localizar as fábricas onde a força de trabalho, desenraizada de áreas semi-urbanas ou rurais, seja abundante, levando-se em consideração os ganhos de eficiência oferecidos pela presença de uma infra-estrutura urbana e industrial. O relatório de uma missão das Nações Unidas no Quênia[14] chega mesmo a recomendar o estabelecimento de novas fábricas "próximas de recursos habitacionais disponíveis, se isto puder ser feito" (Bloomberg e Abrams, 1964). Não se pode dizer que o planejamento regional não tenha sido bem-sucedido[14].

O Planejamento Hoje: Do Uso da Força ao Estratagema

A penetração dos atuais países pobres pelo capital e pelo capitalismo não tem sido fortuita. O processo foi adaptado a diferentes necessidades, momentos e situações, mas o impulso que tem atrás de si permanece sempre o mesmo: a acumulação.

Distinguiremos três fases sucessivas. A primeira foi a penetração pela força. Como no caso das outras duas, a penetração começou com a ideologia. Mas em cada uma dessas três fases podemos encontrar elementos de ideologia e de força bruta combinados.

O que realmente ocorre nas três fases é um processo de penetração planejado. Mas na primeira os colonizadores não sentiram necessidade de disfarçar sua atividade[15]. Esta é a razão porque o termo planejamento,

14. Colony and Protectorate of Kenya, *Report of the Committee on African Wages*, Nairóbi, 1955; Colony and Protectorate of Kenya, *Report on the Rural Wages Committee*, Nairóbi, 1955.

15. Entre os geógrafos, o colonialismo tem tido os seus defensores *a priori* e *a posteriori*. No seu *Principes de Géographie Humaine*, Vidal de la Blache elogia "a tarefa da colonização que constitui a glória de nossa era [...] um trabalho de transformação ou de conserto que está dentro do poder de desempenho do homem". Mais recentemente, este planejamento, designado de "sem consenso" por DeSouza e Porter (1974, pp. 41-44), foi elogiado por Murphey (1972, pp. 257-259) que aparentemente lamenta que as pessoas insistam em considerar a colonização como um "vilão", uma vez que seus resultados foram mais positivos do que negativos na China e na Índia. O único erro do colonialismo, segundo ele, tem sido reduzir os índices de mortalidade, provocando graves problemas demográficos.

hoje sinônimo de estratagema e de hipocrisia, só começou a ser usado extensivamente na década de 1930, primeiramente pelos países desenvolvidos quando estavam tentando jugular para si mesmos os efeitos da crise mundial, e depois em relação aos países dependentes. O planejamento tornou-se, então, na África e na Ásia, um substituto da colonização. As palavras de Hegel em sua *Filosofia do Direito* provaram-se proféticas: "a independência das colônias prova ser da maior vantagem para a metrópole". Chegara o momento em que os processos de mercado substituíam vantajosamente o colonialismo (Lindbeck, 1975, p. 29).

A força se expressa de diferentes modos. No México, na época da conquista, o vice-rei Bernardo de Calvez encorajou a venda de bebidas alcoólicas aos índios Apaches (Braudel, 1974, p. 178): "... o melhor modo de criar uma nova necessidade que os force a reconhecer muito claramente sua dependência obrigatória com relação a nós". Na Índia, a Inglaterra destruiu manufaturas de algodão para monopolizar a matéria-prima e a produção de tecidos de baixo custo que ali impôs subseqüentemente. Em 26 de julho de 1873, quando companhias particulares já se tinham apossado da maior parte das terras na Argélia, a Assembléia Nacional francesa aprovou uma lei institucionalizando a propriedade privada. Isto foi feito com o fim de desmantelar completamente o antigo clã comunal e ajudar a penetração do grande capital.

Seja qual for o período histórico, seja qual for o continente, o resultado é sempre o mesmo: a ruína dos países dominados e a acumulação na metrópole. Sendo a expansão da produção uma função de necessidades crescentes no centro do sistema, o *momentum* não tem sido o mesmo em cada continente: o século XVI para as Américas, o fim do século XIX para a maior parte da África. Na Ásia e na África, a colonização constitui a metodologia política de penetração, assegurada pela presença e ação militares. Na América Latina, descolonizada politicamente desde o começo do século XIX, foi uma questão de neocolonialismo. A idéia de progresso, herdada da revolução científica e do evolucionismo, foi substanciada na linha positivista de pensamento, amplamente difundida, e aplainou o caminho para a expansão imperialista.

A segunda fase é marcada pelo desenvolvimento de monopólios na sua forma transnacional, sendo tanto uma conseqüência como uma causa do aumento da concentração de capital. A revolução tecnológica, isto é, a nova revolução científica, aparece como essencial. De fato, o sistema tira daí modos de aumentar a acumulação e, graças aos progressos na difusão de idéias, encontra os meios de impor novas idéias dominantes. Esta fase começa por volta da década de 1940, mas só mais tarde, na época de sua emancipação, atinge os países colonizados.

Os resultados desta fase são óbvios. O sistema capitalista é bem-sucedido em estabelecer uma maquinária eficiente para coleta de excedentes, não mais baseada na produção apenas, como na primeira fase, mas também no consumo, com seus novos modelos propagados pelos meios de comunicação de massa. Contudo, a distorção dos modelos de consumo implica a distorção da estrutura de produção e vice-versa. O processo de acumulação em uma escala mundial foi um corolário de um processo cumulativo de empobrecimento. Quando os pobres perceberam que tinham sido enganados em suas esperanças e que eram realmente os malditos da terra, o sistema teve que encontrar algo de novo a fim de se manter e continuar prosperando.

Chegamos agora à terceira fase que, ao contrário das outras duas, espalha-se praticamente sem lapsos cronológicos através de todo o Terceiro Mundo. De ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza. Eles passarão portanto a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a *pobreza planejada*.

Como fazer isto? No setor público, gastos de infra-estrutura terão que ser aumentados às expensas dos investimentos sociais, as áreas

rurais terão que ser modernizadas enquanto que se mantêm os baixos salários nas cidades[16], o estabelecimento de mercados comuns e a transferência aberta ou disfarçada de tecnologias de uso intensivo de capital deverão ser estimulados. Infra-estruturas fornecidas pelo Estado também ajudam a trazer indústrias poluidoras que países desenvolvidos não mais desejam. Então, novos investimentos serão necessários para despoluir. Estes novos problemas ambientais podem bem tornar-se um golfo de investimentos, suficientemente amplo para substituir gastos bélicos.

Tendo a transferência de tecnologia sido acusada, corretamente, de aumentar o subdesenvolvimento e a pobreza, um substitutivo foi encontrado sob a forma do que é chamado de "tecnologias intermediárias". De novo outro engodo. Mudar o tamanho das indústrias não significa mudar a proporção entre os fatores, particularmente entre o capital e o trabalho. Além disto, tal solução pode significar um aumento de custos[17], enquanto os mecanismos que geram dependência e pobreza permanecem intatos. O que os países do Terceiro Mundo necessitam é de uma combinação adequada de tecnologias que assegurem tanto o crescimento quanto o bem-estar, dentro de um outro sistema econômico e social.

Sob o novo projeto, a modernização das áreas rurais aparece como imperativa. Ele contribuirá para a especialização regional e para a introdução de novos modelos de consumo que possibilitarão a difusão ou a expansão de uma economia monetária. A necessidade de capital será aprofundada juntamente com uma tendência para o assalariamento e com uma diminuição da mão-de-obra rural. A "Revolução Verde" ainda é recomendada, apesar do fato, geralmente reconhecido, de que

16. Como apontou Hogan (1970, p. 302), o problema de criar empregos sem investir muito, mantendo conjuntamente um alto nível de produtividade, é um ponto crítico para as indústrias. Torna-se o ponto onde alguns aconselham a abandonar a política de salário mínimo porque, diz Harris (1971, p, 148), "a legislação de salário mínimo torna a força de trabalho consideravelmente mais dispendiosa do que seu custo-oportunidade".
17. Urs Muller-Plantenberg (1971) demonstra cuidadosamente como é utópica a "solução" de tecnologias intermediárias.

ela implicou a formação ou consolidação de uma burguesia agrária e na proletarização de camponeses (Shaw, 1973; Kersten e Wohlmuth, 1973).

Quanto à intensificação da agricultura para exportação, ela se torna imperativa para a modernização; o equipamento comprado no Exterior deve ser pago. O resultado é o abandono parcial ou total da agricultura de subsistência e, assim, a necessidade de pagar pelos alimentos com divisas estrangeiras; isto consome divisas tão necessárias aos planos de desenvolvimento ou aumenta o encargo da dívida externa. Uma comparação entre os elementos dispares da nova ideologia urbana e da nova ideologia rural aponta uma urbanização mais intensa e uma pobreza mais aguda.

Este planejamento antecipa um remédio para a pobreza: a melhoria do nível de consumo[18] assim como da produtividade do setor pobre da economia, tanto nas cidades como nas áreas rurais. Entretanto, a maioria das soluções promovidas até agora apenas leva em conta a dependência deste circuito inferior com relação ao circuito superior, a fim de recomendar medidas que levem a uma maior subordinação tecnológica, funcional e financeira. Se este tipo de plano se materializar, o circuito inferior continuará a inflar o excedente do outro circuito (Santos, 1975) e os que hoje são pobres contribuirão ainda mais para a acumulação numa escala internacional. Mas, então, para evitar o risco de uma rebelião pelas massas empobrecidas, o controle populacional deve ser introduzido, o que significa "eliminar a pobreza pela eliminação dos pobres" como coloca Maza Zavala (1974). Utilizemo-nos de Todaro (1973) para uma condensação do programa do planejamento capitalista para o Terceiro Mundo: uma vez que a introdução do controle

18. "Mesmo que a posição dos trabalhadores melhore econômica e materialmente, sua posição "social" relativa, isto é, sua relação com os não-trabalhadores, ainda se deteriorará. Seu padrão de vida pode ascender, mas os lucros do capital ascenderão mais depressa" (Avineri, 1968, p. 173). A situação de Caracas oferece um bom exemplo. A renda dos pobres é, em termos absolutos, muito mais alta do que em muitas outras cidades latino-americanas. Sua proporção de bens de consumo é considerável. Mas seu acesso aos vários consumos modernos se dá às expensas de sua nutrição, que pode ser a mais pobre entre a dos urbanitas deste continente.

populacional não produziu resultados satisfatórios, deve-se agora recorrer a meios psicológicos e manejar os fatores que afetam a tomada de decisão pelas famílias (de ter filhos, naturalmente!), porque a longo prazo pode haver pouca esperança de se solucionarem os problemas de congestão urbana, de desemprego e do meio ambiente, a menos que retardemos os extraordinários índices atuais de crescimento populacional...

O Futuro em Jogo

Hoje todas as condições parecem ajudar os esquemas do grande capital internacional. Por um lado há apenas dois países, os Estados Unidos e a União Soviética [o original é de 1978], que, graças aos milagres da navegação espacial e do progresso técnico, conhecem a extensão de seus próprios recursos, assim como a dos de outros países. Por outro lado, e isto é mais sério, a pesquisa social e a difusão de seus resultados são também dominadas pelos países desenvolvidos, pelos Estados Unidos em particular. O feito da Roma Antiga, de impor sua linguagem sobre o "mundo civilizado", quase foi repetido. O controle do comércio editorial é suficiente para envolver a difusão de idéias no processo da reprodução capitalista. Além disto, uma grande parte dos fundos que financiam pesquisas no Terceiro Mundo tem a mesma fonte, o que, naturalmente, pesa na escolha de temas de pesquisa, que são impostos ou distribuídos, de tal modo que os resultados são muitas vezes sem valor para os países envolvidos. A conjuntura nos países desenvolvidos torna altamente improvável qualquer tipo de intervenção da opinião pública desses países contra esta tendência.

Não se pode sonhar em analisar extensivamente o desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos; não obstante, não se pode evitar notar em toda parte tendências que não mais escondem as contradições existentes dentro do sistema: excesso de liquidez de todo o tipo, alto preço do dinheiro, superacumulação e mobilidade irrestrita do capital, inflação galopante e desemprego, superprodução e incapacidade de parar de produzir, a consciência de uma situação explosiva nos países centrais e a impossibilidade estrutural de melhorar a condição de seus trabalhadores. Também deve ser acrescentada a competição pelo controle de mercados econômicos e políticos que existe dentro da estrutura da *entente* entre os países centrais, entre o Leste e o Oeste e dentro do assim chamado Bloco Ocidental (incluindo o Japão!); e, de outro lado, sinais de impaciência e vontade de se liberar da dependência por parte dos países subdesenvolvidos, finalmente acordados. O fato de que uma fração da burguesia e da *intelligentsia* nacionais seja aliada do imperialismo internacional não muda o xis do problema[19].

A fase anterior pegou-nos de surpresa. Quantos de nós acreditávamos que algo de positivo pudesse brotar desses projetos com os quais ameaçavam desenvolver-nos! A experiência nos tornou conscientes desta farsa e, então, nos deparamos indefesos porque o tempo trabalhara contra nós. Enquanto uma nova fase da penetração dos países dominados pelo capital e pelo capitalismo está se desenvolvendo, devemos ousar captar seus vários aspectos e a natureza de seus vários disfarces "científicos" através de uma análise sistemática e pela denúncia instantânea das idéias em gestação, cada vez que isto apareça como necessário.

Essa tarefa não é fácil, considerando-se a desproporção entre as forças em jogo e a complexidade de suas formas de intervenção. Mas isto não significaria que os oprimidos deste mundo nunca perceberão que são oprimidos? Nosso dever é ajudá-los a ver, para além dos sistemas ideológicos, o mecanismo infernal responsável por sua alienação e miséria.

Para contrapor-se aos esquemas do capital, deve-se, primeiro, ser capaz de prever efeitos intermediários e de longo prazo de medidas que, na superfície, freqüentemente parecem ser adequadas. Porque o mais recente artifício do planejamento é disfarçar no presente momento o malefício estrutural de certos investimentos econômicos e sociais.

19. Com relação às alianças de classe em escala internacional, veja-se o livro de Florestan Fernandes (1975) que deve tornar-se um clássico.

Este trabalho não deve ser tomado por algo que ele não é: uma profissão de fé antiplanejamento. Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados.

Neste momento crítico, a batalha de idéias é essencial. Um escárnio terrível, agora que as idéias são manufaturadas e impostas[20]. A perda de sentido para a vida profissional não está restrita à profissão. Ela atingiu o próprio coração da universidade[21]. Torna-se claro, disse Norbert Wiener, o inventor da cibernética, quando rompeu com os militares em 1947, que a degradação da posição do cientista, de trabalhador e pensador independente a lacaio moralmente irresponsável de uma fábrica-manufatureira-de-ciência, ocorreu de forma mais rápida e devastadora do que se esperava (citado por Salomon, 1970, p. 308). Em nome do pragmatismo – palavra obscena – os cientistas esqueceram seu dever para com a sociedade. "Para muitos economistas", diz Boulding, "o próprio termo 'ciência moral' parecerá uma contradição". O mesmo é válido para muitos geógrafos. Quando Boulding fala da urgente necessidade de uma "economia heróica", baseada numa "ética heróica", poder-se-ia acrescentar que se torna igualmente urgente encontrar homens de boa fé para uma "geografia heróica", baseada numa "ética heróica". Esta ética nos permitirá reconhecer o espaço como o reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que se deve estar preocupado, com o espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de "espaço econômico".

20. A elaboração de idéias diretrizes tem sido em grande parte o trabalho das universidades. Sua administração foi transferida para instituições internacionais. Escritórios de consultoria tomaram sob sua responsabilidade a prospecção de mercados para as grandes firmas dos países avançados.
21. Segundo Messner (1966, p. 251) é provável que a crise cultural de nosso tempo tenda a ser provocada pela perda de significação da vida profissional que acompanha o desenvolvimento das técnicas.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, Alonso. *Economia Política y Lucha Social*. México, Editorial Nuestro Tiempo, 1970.

AVINERI, Shlomo. *The Social and Political Thought of Karl Marx*. Cambridge, Ingl., Cambridge University Press, 1968.

BARRIOS, Sonia. *La Evolución Reciente de Venezuela a la Luz de las Teorias de Perroux*. Caracas, Centro de Estudios del Desarollo, Universidad Central de Venezuela, abr.-maio, 1974.

BERRY, Brian J.L. "City Size Distributions and Economic Development". *Economic Development and Cultural Change*, 9(4), parte I, pp. 573-587, 1961.

____. *Hierarchical Diffusion: The Basis of Filtering and Spread*. Artigo preparado para o Colóquio sobre os Pólos de Crescimento, patrocinado pelo Center for Economic Development, The University of Texas, Austin, 20 a 22 nov. 1969.

____. "Hierarchical Diffusion: The Basis of Developmental Filtering and Spread in a System of Growth Centers". *Growth Center in Regional Economic Development*. New York, N.M. Hansen, 1972.

____. *The Human Consequences of Urbanization. Divergent Paths in the Urban Experience of Twentieth Century*. New York, St. Martim, 1973.

BERRY, Brian J.L. & PRAKASA, R.V.L.S. *Urban-Rural Duality in the Regional Structure of Andhara Pradesh: A Challenge to Regional Planning and Development*. Wiesbaden, Franz Steiner, 1968.

BLOOMBERG, L.N. & ABRAMS, C. *1964 United Nation Mission to Kenya on Housing*. Nações Unidas, Development of Economic and Social Affairs, 1964.

BOISIER, Sergio. "Industrialización, Urbanización, Polarización: Hacia un Enfoque Unificado". *Eure*, 3(5) pp. 35-62, jul. 1972.
BOSE, Nirmal Sumar. "Calcutta, a Premature Metropolis", *Scientific American*, pp. 91-102, set. 1965.
BOULDING, K. E. "Economy as a Moral Science". *The American Review*, 59(1), pp. 1-12, mar. 1969.
BRAUDEL, Fernand. *Capitalism and Material Life, 1400-1800*. Londres, Fontana, 1974.
BROWNING, Harley L. "Recent Trends in Latin American Urbanization". *In: Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 516, pp. 111-120, mar. 1968.
CAIRE, Guy. "Idéologies du développment et développment de l'idéologie". *Revue Tiers-Monde*, n.º 57, pp. 5-30, jan.-mar. 1974.
CAMARA, Helder. *La Rebelión de los Economistas*. 3.ª ed. Bilbao-Madrid, Zero, 1975.
CARREL, Alexis. *Reflexions sur la conduite de la vie*. Paris, Plon, 1950.
CARTER, Harold. *The Study of Urban Geography*. Londres, Edward Arnold, 1972,
CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1966.
CLAUSEWITZ, Carl von. *De la Guerre*. Paris, 1955.
DAVIS, K. & GOLDEN, H.H. "Urbanization and the Development of Pre-Industrial Areas". *Economic Development and Cultural Change*, 3(1), pp. 6-26, out. 1954.
DESOUZA, A.R. & PORTER, P.W. *The Underdevelopment and Modernization of the Third World*. Washington, Commission College Geography, Resource Paper n.º 28, Association of American Geographers, 1974.
DESMOND, Gerald M. "The Impact of National and Regional Development Policies on Urbanization". *In:* JAKOBSON, L. & PRAKASH, V. (eds.). *Urbanization, and National Development*, Bervely Hills (Calif.), Sage, pp. 57-59, 1971.
DESTANNE DE BERNIS, Gerard. "Le sous-développement: analyses ou represéntations". *Revue Tiers Monde*, n.º 57, pp. 103-134, jan./mar. 1974.
DOCKES, Pierre. *L'Espace dans la pensée économique du XVIe au XVIIIe siècles*. Paris, Flamarion, 1969.
DOHERTY, J. *Urban Places and Third World Development*. University of Dar es Salaam, Departament of Geography, nov. 1974.
DURKHEIM, Emile. "La Sociologie et son domaine scientifique". In: CUVILLIER, A. (ed.). *Où va la sociologie française?* Paris, Rivière, 1953, pp. 177-208 (Publicado originalmente em *Rivista Italiana di Sociologia*, v. IV, pp. 127-295, 1900).
FEBVRE, Lucien P.V. *A Geographical Introdution to History*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1966.
FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Intepretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
FREITES, Yajaira *et al.* *Región Central: Conformación, Histórico, Prospección*. Caracas, Cendes, nov. 1974 (mimeo.).

FRIEDMANN, John. *Regional Development Policy: A Case Study of Venezuela*. Cambridge, Mass., M.I.T. Press, 1966.
____. "The Strategy of Deliberated Urbanization". *Journal of the Institute of American Planners*, 24(6), pp. 364-375, nov. 1968.
____. *Urbanization, Planning and National Development*. Beverly Hills, Sage, 1973.
FRIEDMANN, J.; COHEN, E. & BOURDON, C. *Polos de Desarollo Social*. Santiago, CIDO, Universidad Catolica de Chile, 1970.
FRIEDMANN, J. & MANN, L. *Un Programa de Ciudades Satélites Industriales para Chile, Documento Preliminar de Discusión*, PLANDES. Boletim Informativo, n.º especial, Santiago, 1966.
FURTADO, Celso. "La Concentración del Poder Econômico en los Estados Unidos y sus Proyecciones en América Latina". *Estudios Internacionales*, ano I, n.º 3-4, Santiago, 1968.
____. "Le mythe du développement et le futur du tiers monde". *Tiers-Monde* 57, pp. 57-68, jan.-mar. 1974.
GAPPERT, G. & ROSE, H.M. (eds.) "Introduction". *In:* ____. *The Social Economy of Cities, Urban Affairs Annual Review*. Beverly Hills, Sage, 1975, vol. 9, p. 7036.
GODELIER, M. "Rationalité et irrationalité en économie". *Economie et socialisme*, n.º 5. Paris, Maspero, 1960.
HARRIS, John R. "Urban and Industrial Deconcentration in Developing Countries: An Analytical Framework". *Regional and Urban Economics*, 1(2), pp. 139-152, 1971.
HIGGINS, Benjamin. "The Dualistic Theory of Underdeveloped Areas". *Economic Development and Cultural Change*, 4(2), pp. 99-115, 1956.
HILLHORST, J. "Teoria del Desarollo Regional: Un Intento de Sintesis". *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, n.º 76-77, pp. 41-54, jun. 1970.
HIRSCHMAN, Albert O. "Interregional and International Transmission of Economic Growht". *In:* Mckee, D. *et. alii* (eds.). *Regional Economics*. New York, Free Press, 1958, pp. 105-120.
____. *Stratégie du développement économique: économie et humanisme*. Paris, Les Editions Ouvrières, 1964.
HOGAN, Warren P. "Capital Allocation in Less Developped Economies". *The Developing Economies*, vol. VIII, n.º 3, pp. 229-316, set. 1970.
HOSELITZ, B.F. "The Role of Cities in the Economic Growth of Underdeveloped Countries". *Journal of Political Economy*, n.º 3, pp. 195-208, 1953.
____. "Generative and Parasitic Cities". *In:* HOSELITZ, B. (ed.). *Sociological Aspects of Economic Growth*. New York, The Free Press of Glencoe, 1960.
HOYLE, B. S. "The Port Function in the Urban Development of Tropical Africa". *La croissance urbaine en Afrique noire et à Madagascar*. Paris, CNRS, 1972.
IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
KENDE, Pierre. *L'abondance est-elle possible?* Paris, Gallimard, 1971.

KERSTEN, W. & WOHLMUTH, K. "Political Economy of Employment Creation: Some Critical Remarks on the Possibilities of Employment Creation in Dependent Economies". *In:* WOHLMUTH, K. (ed.). *Employment Creation in Developing Societies*. New York, Praeger, 1973, pp. 15-40.

LABICA, Georges "Pour une approche critique du concept d'idéologie". *Revue Tiers Monde*, n.º 57, pp. 31-45, jan./mar. 1974.

LASSUDRUE-DUCHENE, B. "Les couts de la croissance économique". *Diogene*, n.º 56, 1966.

LEWIS, Arthur. *The Development Process: Executive Briefing*. Artigo n.º 2, Nações Unidas, Center for Economic and Social Information, 1970.

LEWIS, W.A. *Teoria de la Planeación Económica*. México, 1968.

LINDBECK, A. *The National State in an Internationalized World Economy*. Rio de Janeiro, Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975.

____. "The Changing Role of the National State" *Kyklos*, 28(11), pp. 23-46, 1975.

LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1963.

MARX, K. & ENGELS, F. *The German Ideology*. New York, International Publishers, 1967.

MAZA ZAVALA, D.F. "Reflexiones sobre la Integración Latino-americana". *Revista Latino-Americana de Economia*, 2, México, Instituto de Investigaciones Económicas, pp. 57-84, 1969.

____. *Explosión Demográfica y Crecimiento Económico: Una Relación Crítica*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1974.

MCGEE, T.G. *The Persistence of the Proto-Proletariat: Occupational Structures and Planning of the Future World Cities*. Australian National University, Research School of Pacific Studies, Department of Human Geography, abr. 1974 (mimeo).

____. "Dietary Colonialism or How to Colonize through the Stomach: Some Pacif Examples". *Antipode*, 1977.

MESSNER, Johannes. "L'entrepreneur propriétaire". *In:* BLOCH-LAINÉ & PERROUX, F. (eds.). *L'Enterprise et l'économie du* XXe *Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, pp. 241-256, 1966.

MULLER-PLANTEMBERG, U. "Technologie et Dépendence". *La Formation du Sous-Developpment, Critique de l'Economie Politique* n.º 3. Paris, Maspero, pp. 68-82, 1971.

MURPHEY, Rhoads. "City and Countryside as Ideological Issue". *Comparative Studies in Society and History, An International Quartely*, 14(15), Cambridge University Press, jun. 1972.

MYINT, H. "Economic Theory and the Underdeveloped Countries". *The Journal of Political Economy*, 73(5), pp. 477-491, out. 1965.

____. *The Economies of the Developing Countries*. Londres, Hutchinson University Library, 1965.

NICHOLS, Vida. "Growth Poles: An Evaluation of Their Propulsive Effects". *Environment and Planning*, 1(2), pp. 193-208, 1969.

____. "Growth Poles: An Investigation of Their Potencial as a Tool for Regional Economic Development". Discussion Paper Series n.º 30. Philadelphia, Regional Science Research Institute, 1969.

ODELL, Peter. *Economic Integration and Spatial Patterns of Economic Development in Latin America*. México, 1961.

OKA, Takashi. "Dam in India Looms as 'Temple of Faith'". *Christian Science Monitor*, 28 jan. 1958.

PEARSON REPORT. *Vers une action commune pour le développement du Tiers Monde*. Paris, Denoel, 1969.

PEDERSEN, P. O. & STORR, W. "Economic Integration and the Spatial Development of South America". *The American Behavioral Scientist*, maio-jun. 1971.

PREBISCH, Raul. "La Marcha Hacia el Mercado Comun Latino-americano". *In: Notas* sobre *la Economia y el Desarrollo de América Latina*, n.º 24, 16 de ago. de 1969. CEPAL.

RESOURCES FOR THE FUTURE. *Design for* a *Worldwide Study of Regional Development*. Washington, 1966.

RODWIN, Lloyd. "Metropolitan Policy for Developing Areas". *Daedalus*, pp. 132-146, Winter, 1960.

SALOMON, J.J. *Science et Politique*. Paris. Éditions du Seuil, 1970.

SANTOS, Milton. "A Periferia Está no Pólo: O Caso de Lima, Peru". Publicado neste mesmo livro.

____. "Pólos de Crescimento Econômico e Justiça Social". Publicado neste mesmo livro.

____. *L'Espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris, M.-Th. Gonin, 1975.

SCHULTZ, T.W. *The Economic Organization of Agriculture*. New York, McGraw-Hill, 1953.

SHAW, R. D'A. "Strategies for Employment Creation in Agriculture". In: WOHLMUTH, K. (ed.). *Employment Creation in Developing Societies, The Situation of Labor in Dependent Economies*. New York, Praeger, 1973.

SOJA, Edwards. *The Geography of Modernization in Kenya*. Syracuse, 1968.

SOVANI, N. V. *Intenvention during the World Population Congress*. Belgrado, Nações Unidas, 1966, pp. 169-174. Citado por UNIKEL, L. "The Process of Urbanization in Mexico", *Latin-American Urban Research*, 1(27), p. 299. Beverly Hills, Sage, 1971.

SUNKEL, Osvaldo. "Desarollo, Subdesarollo, Dependencia, Marginalización y Desigualdades Espaciales: Hacia un Enfoque Totalizante". *Revista Latino-Americana de Estudios Urbano Regionales*, EURE, 1(1), out. 1970.

TINBERGEN, J. "Politique commerciale et croissance de l'emploi". *Revue Internationale du Travail*, 101(5), pp. 473-479, mai. 1970.

____. *La Planeación del Desarollo*. México, 1959.

TODARO, M.P. "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries". *American Economic Reviews*, vol. LIX, n.º 1, pp. 139-148, mar. 1969.

____. "Industrialization, Unemployment and Urban Environment". *In:* Wohlmuth, K. (ed.). *Employment Creation in Developing Societies*. New York, Praeger, 1973, pp. 14-40.

TRAVIESO, Fernando. "Desarollo Nacional, Desarollo Regional y Urbanización en el caso de Venezuela". *Revista Interamericana de Planificatión*, vol. VII, n.º 25, pp. 54-73, mar. 1973.

WELLISZ, S.H. "Economic Development and Urbanization". *In:* JAKOBSON, L. & PRAKASH, V. *Urbanization and National Development. South and South East Asian Urban Affairs*. Beverly Hills, Sage, 1971, pp. 39-55.

2

DIFUSÃO DE INOVAÇÕES OU ESTRATÉGIA DE VENDAS?*

Existe acordo geral acerca da necessidade de se introduzir a noção de tempo na geografia – daí a importância dos estudos sobre a difusão espacial de inovações.

Essa importância é sobretudo evidente no caso do Terceiro Mundo: o estudo da difusão de inovações como um processo espacial é de interesse crucial para os países subdesenvolvidos. Nos países industrializados ocorreu uma difusão muito longa e extensiva de todas as formas de modernização; cada uma deixou uma marca profunda mais ou menos entrelaçada com o espaço.

Nos países subdesenvolvidos, entretanto, só recentemente as inovações se tornaram amplamente difundidas, tendo previamente estado confinadas a alguns poucos pontos muito nitidamente delimitados. Embora os traços de formas passadas de modernização possam, em certos casos, estar encobertos por formas mais recentes, a análise revela que a história da difusão de inovações está muito sutilmente grava-

* Do original em inglês, *Studies on the Diffusion of Innovations: A Critical Restatement*, Universidade de Columbia, New York, abril de 1977.